



espacio abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología



Auspiciada por la International Sociological Association (ISA),
la Asociación Latinoamericana de Sociología (ALAS)
y la Asociación Venezolana de Sociología (AVS)

Vol.27
Julio - Septiembre
2018

3



Inserção do imigrante latino-americano no mercado formal de trabalho brasileiro (2006-2016): características e implicações para as políticas públicas¹

Pier Francesco De Maria y Amilton José Moretto***

Resumo

Este artigo tem como objetivo analisar as características do imigrante latino-americano formalmente empregado no mercado de trabalho brasileiro. Utilizando os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), realizamos uma análise do perfil sociodemográfico, econômico e de inserção laboral dos trabalhadores formais latino-americanos entre 2006 e 2016. Os resultados obtidos mostraram que o perfil dos imigrantes latino-americanos mudou significativamente nos últimos 10 anos. Se, em meados da década de 2000, a chegada de latino-americanos mais antigos e mais qualificados era mais comum, os quais se inseriam em setores mais técnicos e criativos, o cenário mudou para uma migração mais jovem, menos qualificada e que atua nos setores operacional e repetitivo. Ainda assim, os dados da RAIS não incluem trabalhadores informais, tampouco autônomos e empregados em firmas com até 10 funcionários. Como

1 Este artigo é uma versão revista e ampliada de um trabalho anteriormente apresentado pelos autores ao XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Foz do Iguaçu (PR) em outubro de 2016. Os autores agradecem aos comentários feitos e às sugestões de alteração propostas pelos dois pareceristas anônimos. Eventuais erros e imprecisões que ainda estejam presentes no texto sendo de inteira responsabilidade dos autores.

Recibido: 09-12-2017 / Aceptado: 03-04-2018

* Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: dpierf@gmail.com

** Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA),
E-mail: amilton.moretto@gmail.com

investigações futuras, análises comparativas são propostas com outros países de origem, bem como estudos em nível municipal.

Palavras-chave: Imigração latino-americana; inserção laboral; relação trabalho-migração; RAIS

Insertion of Latin American workers in the Brazilian formal labor market (2006-2016): characteristics and implications for public policies

Abstract

This article aims to analyze the characteristics of the Latin American immigrant formally employed in the Brazilian labor market. Using the data from the Annual Report of Social Information (RAIS), we conducted an analysis of the socio-demographic, economic and labor insertion profile of Latin American formal workers between 2006 and 2016. The results showed that the profile of Latin American immigrants changed significantly in the last 10 years. If, by the mid-2000s, the arrival of older, better-educated Latin Americans was more common, and these were employed in more technical and creative occupations, the scene shifted to a younger, less qualified migration allocated to operational and more repetitive sectors. Even so, RAIS data do not include informal workers, self-employed and employed in firms with up to 10 employees. As future researches, comparative analyzes are proposed with other countries of origin, as well as studies at municipal level.

Keywords: Latin-American immigration; labor insertion; work-migration relation; RAIS

Introdução

A migração internacional tem se tornado cada vez mais complexa, com mais interdependência entre as diferentes sociedades, especialmente no século XXI (Acevedo, 2015; Arango, 2003). O aumento da emigração de africanos e árabes, escolhendo a Europa como destino preferencial, desperta a atenção dos governos e a reação da sociedade, seja para acolher estes fluxos ou para exigir medidas mais duras para reduzir (se não impedir) sua entrada (Cachón, 2011). O Brasil também faz parte desse fenômeno, em uma clara retomada do país como polo de atração para os imigrantes latino-americanos desde os

anos 1980 (Patarra, 2005), embora esses fluxos tenham se fortalecido no final dos anos 2000, com a chegada de africanos e haitianos (Patarra e Fernandes, 2011).

É importante notar que a decisão de migrar nem sempre está associada à busca de oportunidades de emprego no país de destino (Massey *et al.*, 1993). Guerras, catástrofes e perseguições político-religiosas justificam um grande número de fluxos migratórios (Petschen, 2007), mesmo que o trabalho continue como uma das mais importantes razões para o deslocamento, independentemente de este movimento ser opcional (de modo a obter renda para sua sobrevivência e enviar remessas para os familiares que ficaram na origem) ou forçado (em busca de alternativas para sobrevivência, o que inclui o emprego).

No caso brasileiro, o país retoma, desde a década de 1980, o perfil de atrator de fluxos migratórios Sul-Sul, especificamente os originários da América Latina (Assis e Sasaki, 2000). A chegada constante de imigrantes no país cria um impacto (mesmo que reduzido em termos estatísticos) na oferta de mão-de-obra (formal e informal). Considerando o Brasil como referência para a grande maioria dos países latino-americanos (seja como destino migratório ou como mercado de trabalho), este artigo tem como objetivo avaliar as características gerais relativas à inserção do imigrante latino-americano no mercado formal de trabalho nos dez anos entre 2006 e 2016.

Para realizar as análises propostas, são utilizados os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, que permite avaliar informações sobre o vínculo de emprego (tipo de contratação, tempo de emprego e remuneração), bem como características individuais (sexo, idade, nível de escolaridade e nacionalidade). Com essa abordagem e os dados escolhidos, analisamos as características do imigrante latino-americano formalmente empregado no mercado de trabalho brasileiro. Após esta análise, discutimos algumas implicações para o desenvolvimento e a implementação de políticas públicas e propomos uma discussão sobre a possibilidade de criação de um novo quadro inter-institucional (entre os países latino-americanos) para garantir os direitos mínimos de proteção social e trabalho decente aos imigrantes.

Este artigo é composto por esta introdução e outras seis seções. Ao longo dos próximos dois tópicos, apresentamos algumas questões relacionadas à compreensão dos fluxos migratórios dos latino-americanos para o Brasil e das relações entre trabalho e migrações. A partir da contribuição teórica, a terceira seção descreve a metodologia e as fontes de dados utilizadas, para que, no tópico seguinte, sejam detalhados os resultados da pesquisa. Por fim, o trabalho conclui com uma discussão sobre as possíveis implicações dos resultados apresentados para a formulação de políticas públicas e populacionais, além de algumas breves conclusões.

Migração no Brasil desde 1980 e os fluxos de latino-americanos

A migração internacional para o Brasil sempre foi importante para compreender a dinâmica demográfica nacional. Ainda assim, especialmente depois de 1930, ela perde importância por conta de “transformações econômicas, sociais e políticas da sociedade brasileira” (Pacheco e Patarra, 1997:451). Até o início do século XX, a imigração europeia

refletia mudanças (sociodemográficas e políticas) associadas à necessidade de consolidar o modo de produção capitalista por meio de trabalho não-escravo no Brasil (Bassanezi, 1995). Entretanto, desde 1930, o imigrante não é mais recebido amigavelmente, já que o Estado brasileiro influenciou a concepção de “estrangeiro” de modo que o seu status legal “agora funciona como uma discriminação política, econômica e cultural” (Vainer, 1995:49).

No período entre 1930 e 1980, o país passa por um processo de redistribuição espacial da população calcado sobre a migração interna, devido à queda acentuada, em níveis bem abaixo dos registrados entre o final do século XIX e o início do XX, do fluxo de estrangeiros (Levy, 1974; Fazito, 2008). Todavia, a partir da década de 1980, os fluxos internacionais voltam a ser mais consistentes, especificamente os de coreanos e latino-americanos (Assis e Sasaki, 2000). Estes fluxos modelaram um “novo contexto para as migrações internacionais para o país” (Baeninger, 2012:9), colocando o Brasil no caminho desses fluxos, especialmente aqueles oriundos da América Latina (Baeninger, 2012). Isto ocorreu pelo “fortalecimento da influência econômica e política do Brasil nas últimas décadas, [o que] ampliou o seu potencial atrativo para os migrantes internacionais. Essa influência é ainda mais forte entre os países da América Latina” (Bógus e Fabiano, 2015:130).

Este novo fluxo migratório nasce e se desenvolve em um contexto global de transição para o regime de acumulação flexível (Harvey, 1996). Após o primeiro choque do petróleo (em 1973), o regime se consolidou, estabelecendo-se um modo de produção capitalista baseado “na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (Harvey, 1996:140). Em termos desta migração regional para o Brasil, Patarra e Baeninger (2004) destacam que a conjuntura econômica local e a violência (que podemos perceber como elementos que afetam tanto a origem quanto o destino) afetam esses fluxos. Especificamente no caso brasileiro, mesmo que a maioria dos imigrantes sejam europeus ou asiáticos, é notável o crescimento dos fluxos oriundos da América Centro-Sul: em 2000, 20% dos imigrantes vieram desta região (Patarra e Baeninger, 2004). Nos últimos 20 anos do século XX, os principais países de origem dos imigrantes que vivem no Brasil são os do Mercosul Ampliado, especialmente paraguaios, argentinos e bolivianos (Patarra e Baeninger, 2004).

Além disso, pelo menos metade desses imigrantes estudou de 5 a 11 anos, e suas principais ocupações são relacionadas às ciências e às artes (20%), ou à intermediação financeira (30%) (Patarra e Baeninger, 2004). Entre 1970 e 2000, o Brasil se consolidou como o 3º polo de atração de estrangeiros na América Latina e o 4º em termos de imigrantes regionais, atrás da Argentina, Venezuela e Paraguai (Baeninger, 2008). Dados da *Investigación de la Migración Internacional em Latinoamérica* (IMILA) mostram que, nos últimos trinta anos, os principais fluxos eram aqueles oriundos do Mercosul Ampliado (exceto Peru), ainda que sua prevalência esteja em queda: em 1970, esses países constituíam 88,3% dos fluxos; em 2000, 82,2% (Baeninger, 2008). Esta é uma indicação de que, ainda que os fluxos de latino-americanos se mantenham no século XXI, surgiram outras origens, como a Colômbia e o Peru.

No século XXI, ainda que o Brasil não seja o país com o maior estoque de migrantes latino-americanos, se nota a crescente chegada de imigrantes paraguaios, bolivianos,

peruanos e colombianos, bem como de venezuelanos, cubanos e mexicanos, apontando para o crescimento da migração fronteiriça (Ávila, 2007). De forma complementar, o aumento da migração para o país pode ser entendido quando se percebe que o Brasil (junto com a Argentina) é um polo receptor de imigrantes de baixa renda (Patarra e Fernandes, 2011). Entre 2000 e 2010, o estoque de estrangeiros no Brasil caiu de 680.000 para cerca de 600 mil, com aumento da participação dos países fronteiriços: paraguaios, argentinos, bolivianos e uruguaios eram 14,8% em 2000; em 2010, eles são 22,1% (Fernandes, 2015).

Relações entre mercado laboral e migrações²

o baixo dinamismo da economia brasileira nos anos 1980 e 1990 foi um dos fatores relevantes para explicação da emigração de brasileiros em busca de inserção na atividade produtiva e construção (ou reconstrução) da vida familiar. Pode-se considerar que o caso mais emblemático é o dos descendentes de japoneses que retornaram ao Japão, mas é fato que os brasileiros no exterior buscaram alternativas (Patarra *et al*, 1995; Patarra e Baeninger, 1995; Sasaki, 1996; Martes, 1999). Se, nestas duas décadas, o saldo migratório foi negativo para o Brasil, durante a década de 2000 houve uma mudança de tendência, especialmente após a crise de 2008, quando o país passou a ser um polo de atração, com migrações de retorno e a chegada de novos contingentes, como haitianos, senegaleses, congolese e bengaleses que fugiram de adversidades na origem (Oliveira, 2015).

É possível notar que o cenário do mercado de trabalho brasileiro apresentou uma mudança significativa em sua trajetória. Durante as duas últimas décadas do século XX, teve uma absorção restrita da população economicamente ativa. O trabalho assalariado formal perdeu participação frente a outras formas, precárias, de inserção laboral, com o aumento dos empregados por conta própria (autônomos) e aqueles sem vínculo formal, bem como do trabalho doméstico e dos trabalhadores não-remunerados – dinâmica esta que parece se assemelhar à desenhada por Lewis (1954) para países em desenvolvimento. Se, durante a década de 1980, a crescente informalidade manteve as taxas de desemprego em níveis baixos, nos anos 1990 a tendência do desemprego se inverteu.

A renda do trabalho sofreu, nos anos 1980, com os altos níveis de inflação; na década de 1990, o Plano Real paralisou a escalada inflacionária – com alívio momentâneo para trabalhadores de baixa renda (Rocha, 2000), embora tenha alterado as diretrizes da política econômica, com perdas significativas de empregos. Mudanças na economia brasileira na década de 1990 inseriram o país, de forma subordinada, na nova divisão internacional do trabalho, na qual o Estado brasileiro tem pouca capacidade de definir as diretrizes para o seu desenvolvimento. No contexto de dominação financeira e dos mercados (Carneiro, 2006), com a incerteza crescente e a preocupação com os retornos de curto prazo, a busca por maiores lucros levou as empresas a reduzirem ao máximo os custos, especialmente aqueles trabalhistas.

2 Para escrever esta seção, recorremos aos seguintes autores: Baltar e Dedecca (1992), Baltar e Henrique (1994), Baltar e Proni (1996), Cacciamali (1989; 1995), Dedecca (2003), Pochmann (1999; 2001) e Sabóia (1986; 1991).

O processo de liberalização comercial e financeira, iniciado por Collor em 1990, intensificou-se com a adoção do Plano Real (que permitiu a sobrevalorização da moeda brasileira por um longo tempo), destruiu os elos das cadeias de produção, forçando uma reestruturação produtiva acelerada para reduzir custos e aumentar a concorrência (interna e externamente). Tal reestruturação foi realizada, no âmbito internacional, a partir de empresas transnacionais, as quais reorganizaram suas cadeias produtivas e intensificaram a competição intercapitalista em todas as áreas.

Nesse processo, o desemprego aumentou acentuadamente, reduzindo o poder de barganha dos trabalhadores e permitindo a adoção de instrumentos para facilitar a gestão laboral pelo empregador – ajustando a demanda por trabalho e a remuneração. Entre esses instrumentos está a terceirização, que permitiu às empresas terceirizar parte de sua produção sem perder o controle sobre o processo, a partir de empresas menores. Essas empresas têm maior facilidade de contratar pessoas sem registrar formalmente o vínculo, porque é mais difícil fiscalizar um maior número de empresas. Além disso, os governos têm menos capacidade (e menos interesse) de controlar mais e melhor essas empresas.

Este novo arranjo produtivo, especialmente em atividades mais tradicionais, facilitou a organização da produção através de pequenos empreendimentos e do trabalho domiciliar, com contratações que pouco respeitam a legislação trabalhista (quando o trabalhador é contratado como se fosse autônomo, por exemplo) ou não a respeitam totalmente (em casos de vínculos empregatícios não reconhecidos). Estes novos métodos de inserção laboral parecem responder à estratégia sugerida por Todaro (1969), de que é preciso haver espaço para inserção e, conjuntamente, capacidade de resiliência e de adaptação ao meio por parte do migrante – além de alguma probabilidade de ser empregado no destino. Qualquer que seja o método utilizado, o resultado é a crescente precarização das relações de trabalho, com a possibilidade de empreendimentos ilegais, sem legislação trabalhista, com oportunidades para os indocumentados.

Uma pesquisa realizada por Freitas e Baeninger (2010) enfoca a nova divisão internacional do trabalho e o surgimento de atividades terceirizadas para explicar as migrações, ainda que busquem centralizar a análise sobre a origem e as relações origem-destino. A experiência de bolivianos e coreanos analisada por Freitas e Baeninger (2010) mostra que as situações de saída foram diferentes para as duas nacionalidades, algo que ajuda a entender a inserção laboral diferenciada. Mesmo que as condições de trabalho dos bolivianos em São Paulo sejam precárias, trabalhar no Brasil lhes permite sobreviver e enviar dinheiro para os familiares na Bolívia, situação semelhante em outros contextos – como no caso de Rizel *et al.* (2010), que compara imigrantes bolivianos em São Paulo e Buenos Aires.

É importante reconhecer que, mesmo que os estudos sobre os trabalhadores bolivianos sejam muitos, o Brasil do século XXI se tornou um polo de atração de novos fluxos migratórios (Cavalcanti, 2015), especialmente de haitianos e africanos – como mostram Baeninger *et al.* (2017a, 2017b). Esses imigrantes chegam ao Brasil buscando reconstruir suas vidas e obter alguma oportunidade de emprego com um salário suficiente para sua própria subsistência e da família do migrante (geralmente localizada na origem). Cavalcanti *et al.* (2015) destacam que, se as redes migratórias impactam diretamente

sobre quem e quando migrará – como já mostraram Massey (1990) e de Haas (2010) –, o mercado de trabalho delimitará o tamanho do fluxo migratório e sua direção. A atração de migrantes aumentou nos anos 2000, motivada pelo crescimento da economia brasileira e pela recuperação pós-crise de 2007-2008.

Cavalcanti *et al.* (2015) também afirmam que a inserção do trabalhador imigrante não pretende resolver os problemas do mercado de trabalho brasileiro: não há participação apenas em condições precárias, mas também em ocupações altamente qualificadas, especialmente em empresas transnacionais (Domeniconi e Baeninger, 2016). Esse trabalhador imigrante passa a ocupar nichos específicos de mercado (com ou sem boa qualidade). Para resolver estas questões, o Estado precisa ser mais ativo, implementando políticas públicas que considerem a diversidade e a complexidade dos fluxos migratórios recentes para o Brasil.

Materiais e métodos

para realizar a análise e as discussões sobre a migração latino-americana e a integração dos migrantes no mercado de trabalho formal no Brasil, utilizou-se a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS-MTE). Esta base de dados contém informações específicas sobre as pessoas formalmente empregadas ao final de cada ano. Os dados da RAIS permitem realizar análises sobre aspectos que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-IBGE) não investiga, como o tamanho da empresa, a presença de pessoas portadoras de necessidades especiais; o tipo de vínculo; e a nacionalidade do empregado.

Considerando os objetivos deste artigo, Oliveira e Cavalcanti (2015) nos ajudam a identificar as principais limitações da RAIS em estudos sobre migração internacional: (1) as nacionalidades são pouco desagregadas – isto é, diversos países são unificados em uma categoria (por exemplo, o continente); (2) imigrantes que trabalham como autônomos não estão incluídos, assim como não há dados sobre os trabalhadores informais; (3) há uma tendência à sub-declaração no quesito raça/cor para os servidores públicos; (4) problemas de omissões e preenchimento de formulário são conhecidos; e (5) é muito comum que as declarações para preenchimento da RAIS sejam entregues após o prazo solicitado.

As variáveis da RAIS que serão utilizadas neste artigo são de três tipos: (1) demográficas (sexo, faixa etária e nacionalidade); (2) socioeconômicas (nível educacional e renda média anual); e (3) laborais (grupos de ocupação, tempo de trabalho e jornada semanal). Por sua vez, as nacionalidades latino-americanas desagregadas na RAIS são: argentino; boliviano; chileno; colombiano; equatoriano; haitiano; paraguaio; peruano; uruguaio; e venezuelano. As outras nacionalidades do continente estão agrupadas sob a legenda “outros latino-americanos”.

A partir da análise destas variáveis, é possível detalhar, de forma mais precisa, quais são as características dos imigrantes latino-americanos empregados no mercado de trabalho formal brasileiro, no período de 2006 a 2016. Ainda que a fonte de dados analisada seja muito rica em informações sobre o trabalhador inserido no Brasil, há algumas limitações aos dados disponíveis, de modo que a pesquisa:

- Não separará os imigrantes internacionais segundo setor de localização da empresa (isto é, se a mesma se encontra em área urbana ou rural), por não haver esta informação;
- Não analisará o último ano (2017), uma vez que os dados relativos ao ano em questão ainda não foram disponibilizados pelo Ministério do Trabalho;
- Não levará em conta o mercado de trabalho informal, nem os trabalhadores autônomos, uma vez que estes não são alcançados pela RAIS;
- Não garantirá a representatividade de todo o mercado formal, senão de empresas com mais de 10 empregados – uma vez que só estas são obrigadas a preencher as declarações anuais.

Para a execução da pesquisa, realizamos análises descritivas (uni e bivariadas), a fim de mapear, da forma mais completa possível, as dimensões dos migrantes oriundos da América Latina e Caribe (ALyC) inseridos no mercado de trabalho formal brasileiro. Além disso, realizaremos uma análise da distribuição espacial dos imigrantes no começo e no fim do período estudado (isto é, em 2006 e em 2016). Considerando o tamanho da população imigrante da América Latina no Brasil, optamos por analisar o país como um todo, não desagregando por grandes regiões, nem por municípios – salvo em casos muito pontuais. Os dados da RAIS serão tabulados *online*, a partir da plataforma de dados do Ministério do Trabalho (com credenciais públicas), a qual pode ser acessada pelo seguinte endereço: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/login.php>.

Características gerais da mão-de-obra formal latino-americana

lançamos mão dos dados da RAIS para avaliar mais detalhadamente as características da imigração latino-americana para o Brasil e sua inserção no mercado de trabalho – ainda que apenas em empregos formais. Utilizamos dados de 2006 a 2016 para entender a dinâmica de trabalho dos latino-americanos no país, considerando um ponto intermediário de quebra (2008-2009), quando o Brasil sentiu mais claramente os efeitos da crise econômica. Primeiro, é importante contextualizar o tamanho da população imigrante formalmente empregada no Brasil, conforme apresentado na Tabela 1. Do número total de trabalhadores com vínculos formais ativos, menos de 1% é estrangeiro; destes, cerca de 36% eram latino-americanos em 2006, sendo que a participação desse grupo cresceu significativamente até 2016, quando quase 60% do total de estrangeiros eram oriundos da América Latina e Caribe (ALyC).

Tabela 1 – Distribuição de trabalhadores formalmente empregados no mercado de trabalho brasileiro, por nacionalidade e razão de sexo de trabalhadores latino-americanos, Brasil (2006-2016)

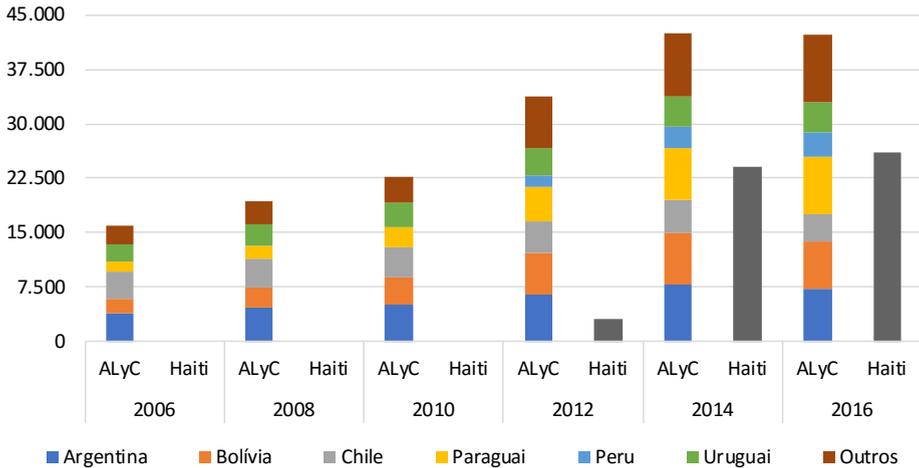
	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Total (1)	35.155.249	39.441.566	44.068.355	47.458.712	49.571.510	46.060.198
Estrangeiros (2)	43.768	49.439	57.492	75.154	119.312	115.961
ALyC (3)	15.895	19.302	22.595	36.770	66.498	68.338
(2) ÷ (1)	0,12%	0,13%	0,13%	0,16%	0,24%	0,25%
(3) ÷ (2)	36,32%	39,04%	39,30%	48,93%	55,73%	58,93%
RS – ALyC	216,8	213,0	202,6	225,9	259,5	239,1

Fonte:Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota:Entre os estrangeiros, não estão incluídos os que têm naturalidade brasileira.

Embora, em termos relativos, a importância dos imigrantes latino-americanos no mercado de trabalho formal brasileiro seja muito reduzida, é relevante notar que a proporção quadruplicou nos últimos 10 anos, tornando-se o grupo mais bem-representado entre os estrangeiros. Esse processo denota a transformação do Brasil em um destino migratório para os latino-americanos, especialmente os haitianos (como pode ser observado no Gráfico 1), mesmo em um cenário de redução (por questões econômicas locais recentes) de estímulos a novos fluxos. Além disso, observar como os migrantes são absorvidos pelo mercado de trabalho formal (isto é, em quais áreas) ajuda a entender melhor o fenômeno e auxilia na formulação de políticas públicas dirigidas ao trabalhador estrangeiro.

Gráfico 1 – Distribuição absoluta dos migrantes latino-americanos ocupados no mercado de trabalho formal brasileiro, segundo as principais nacionalidades, Brasil (2006-2016)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: Os haitianos estão separados dos demais latino-americanos por conta de seu volume expressivo.

Outro elemento importante observado é que a grande maioria dos trabalhadores latino-americanos são homens, e sua participação aumentou no período. Entretanto, há divergências importantes entre os países da América Latina, como se nota a partir da Tabela 2. Com exceção do Equador e do conjunto de outros países, há uma tendência à redução da razão de sexo – o que mostra que tem aumentado a participação de mulheres latino-americanas no mercado de trabalho formal brasileiro. O que explica o aumento da razão de sexo no conjunto é a entrada de haitianos a partir da década de 2010 – fluxo na sua grande maioria composto por homens. Ainda assim, de 2014 para cá, tem se observado nova redução – isto é, há uma tendência generalizada de fluxos inicialmente de cunho majoritariamente masculino para que, com o passar dos anos, aumente a vinda de mulheres. Isto caracteriza o processo de reunião familiar.

Tabela 2 – Razão de sexo dos trabalhadores formalmente empregados no mercado de trabalho brasileiro, por nacionalidade, Brasil (2006-2016)

País	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Argentina	235,4	235,3	223,9	220,1	211,5	190,4
Bolívia	270,8	248,8	241,7	232,3	209,7	207,1
Chile	205,3	220,2	214,4	220,2	217,1	189,9
Colômbia	-	-	-	180,9	177,2	178,2
Equador	-	-	-	240,0	260,3	277,8
Haiti	-	-	-	794,7	455,4	375,2
Paraguai	166,7	147,7	148,7	152,5	147,0	144,6
Peru	-	-	-	260,7	235,7	224,3
Uruguai	174,5	167,8	163,5	165,1	163,3	152,4
Venezuela	-	-	-	196,8	217,0	178,1
Outros ALyC	244,9	241,1	219,8	250,2	260,6	261,5
Total ALyC	216,8	213,0	202,6	225,9	259,5	239,1

Fonte:Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota:Traços indicam que, naquele ano, não houve registros para aquela nacionalidade.

Analisando a inserção do trabalhador latino-americano segundo grandes grupos de ocupação, duas importantes mudanças são observadas durante o período, as quais podem ser acompanhadas na Tabela 3. Primeiro, notamos a mudança em termos de em qual ocupação se insere a maioria dos imigrantes: em 2006, cerca de um-terço dos latino-americanos estavam empregados como profissionais das ciências e das artes. De lá para cá, o total de trabalhadores no setor industrial aumentou substancialmente, atingindo de 35 a 40% entre 2014 e 2016. A outra mudança está relacionada à concentração em torno de poucas ocupações. Em 2006, os profissionais da indústria, das ciências e das artes, bem como os trabalhadores do setor de serviços, representavam cerca de 56% dos empregos; em 2016, eram 75%.

Tabela 3 – Distribuição percentual dos latino-americanos empregados formalmente no mercado laboral brasileiro, por grandes grupos de ocupação, Brasil (2006-2016)

Grande grupo de ocupação	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Produção industrial	12,9	14,4	17,9	25,2	41,6	37,8
Comerciante e setor de serviços	10,8	11,9	13,4	13,4	17,9	21,7
Profissional das ciências e das artes	32,3	32,0	27,4	26,7	15,5	15,5
Serviços administrativos	12,2	12,2	12,3	10,5	8,8	9,0
Técnicos de nível médio	13,7	12,8	12,4	10,3	6,4	5,9
Membros superiores do poder público	14,2	13,4	13,2	10,7	6,5	5,8
Outras atividades	3,8	3,2	3,4	3,3	3,3	4,2

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: Categorias criadas a partir dos grandes grupos de ocupação da CBO 2002.

Analisando essa questão a partir de uma perspectiva qualitativa, podemos inferir que a mudança foi significativa, pois representa a inserção em ocupações menos especializadas e que exigem níveis mais baixos de qualificação (e, por conseguinte, de escolaridade). Em outras palavras, embora tenha havido um aumento quantitativo no número de empregados em todos os setores, entre 2006 e 2016, observou-se uma maior absorção de imigrantes em ocupações de cunho operacional. Ainda assim, há diferenças expressivas na inserção por nacionalidade, bem como na participação dos dois grupos de ocupação majoritários em relação ao total, como podemos constatar na Tabela 4.

Nos casos de Argentina, Bolívia e Chile, estes países compartilham o grupo “Profissionais das ciências e das artes” como um dos grupos majoritários, embora com tendências distintas. No caso dos dois primeiros países, há uma redução da participação deste grupo, enquanto que, no caso dos chilenos, há uma manutenção dos percentuais ao longo do período analisado. Mesmo com esta semelhança, o outro grupo relevante diverge: para os argentinos, há um número expressivo de profissionais no poder público; já para os bolivianos, a maioria (sobretudo após 2010) é de trabalhadores na produção industrial; por fim, no caso dos chilenos, há uma presença relevante de técnicos de nível médio inseridos no Brasil.

Outro ponto de divergência diz respeito à distribuição das ocupações: os argentinos têm se inserido em mais ocupações, enquanto bolivianos têm se concentrado nos dois grupos enunciados e chilenos, por sua vez, têm mantido sua distribuição no mercado laboral formal brasileiro. Este último é o mesmo caso dos trabalhadores uruguaios, os quais se concentram no comércio e na área de ciências e artes, com uma participação não-desprezível de setores como o administrativo e o de produção industrial. Finalmente,

paraguaios e haitianos têm perfil muito semelhante, com a grande maioria dos trabalhadores inserida na indústria, no comércio ou no setor de serviços – sendo que, para ambos os países, há uma muito grande concentração nestes ramos.

Tabela 4 – Distribuição percentual dos latino-americanos empregados formalmente no mercado laboral brasileiro, por grandes grupos de ocupação e segundo as sete principais nacionalidades, Brasil (2006-2016)

	Argentina						Bolívia						Chile					
	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Produção industrial	7,2	8,2	9,6	9,7	12,0	11,2	24,5	26,1	30,7	43,6	51,0	44,5	14,1	14,0	13,6	13,4	13,1	11,6
Comerciante e setor de serviços	9,1	11,0	11,5	13,3	18,1	18,8	6,9	6,7	6,8	7,2	8,3	9,2	9,7	10,3	11,3	12,1	13,1	13,6
Profissional das ciências e das artes	31,6	30,8	27,2	26,0	21,9	22,0	40,8	42,1	38,0	27,1	21,3	25,1	27,1	26,7	26,9	27,4	26,6	28,2
Serviços administrativos	12,0	12,1	13,3	12,9	14,1	14,6	8,7	8,1	7,6	7,2	7,0	7,3	14,7	13,9	14,0	13,7	14,2	14,0
Técnicos de nível médio	13,7	12,9	13,7	13,9	11,5	11,2	11,7	10,4	10,4	8,4	7,1	7,8	18,9	19,2	17,6	16,8	15,9	16,1
Membros superiores do poder público	24,7	23,2	22,7	22,3	20,2	19,8	4,9	4,9	4,6	4,6	3,0	3,1	11,1	11,2	12,2	12,4	12,9	13,0
Outras atividades	1,8	1,7	1,9	2,0	2,2	2,4	2,5	1,9	1,8	2,1	2,4	3,0	4,5	4,6	4,4	4,2	4,2	3,5
Dois grupos maiores	56,3	54,1	49,9	48,2	42,1	41,8	65,3	68,1	68,7	70,7	72,3	69,6	46,0	45,9	44,5	44,2	42,4	44,4

	Paraguai						Uruguai						Peru			Haiti		
	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2012	2014	2016	2012	2014	2016
Produção industrial	24,5	31,7	37,3	41,0	42,8	40,2	12,5	14,1	15,2	16,7	17,7	15,3	16,3	19,0	14,7	72,2	70,3	62,0
Comerciante e setor de serviços	19,5	21,2	23,6	24,3	24,1	26,3	21,2	23,5	24,7	23,7	28,0	31,7	13,7	17,8	19,2	15,6	21,4	27,6
Profissional das ciências e das artes	19,9	17,3	10,0	7,7	5,1	4,5	21,8	20,3	17,4	18,3	15,3	14,8	35,4	28,8	33,1	0,2	0,1	0,1
Serviços administrativos	12,8	14,3	12,4	11,6	11,8	11,4	14,7	15,7	15,4	15,0	14,5	14,7	13,1	13,3	13,0	5,7	4,6	4,9
Técnicos de nível médio	7,8	5,7	6,2	5,1	4,4	4,6	12,8	11,5	11,8	11,7	9,8	8,9	12,6	11,2	11,6	3,3	1,3	1,0
Membros superiores do poder público	4,8	3,6	2,7	2,5	2,2	2,0	11,1	10,0	10,8	9,9	9,3	9,5	6,6	6,8	6,5	0,4	0,2	0,2
Outras atividades	10,7	6,3	7,7	7,8	9,4	11,0	5,8	5,0	4,8	4,8	5,4	5,1	2,3	3,1	1,9	2,6	2,2	4,1
Dois grupos maiores	44,4	52,8	60,9	65,3	66,9	66,5	43,0	43,8	42,0	42,0	45,7	46,9	51,7	47,7	52,4	87,8	91,7	89,7

Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

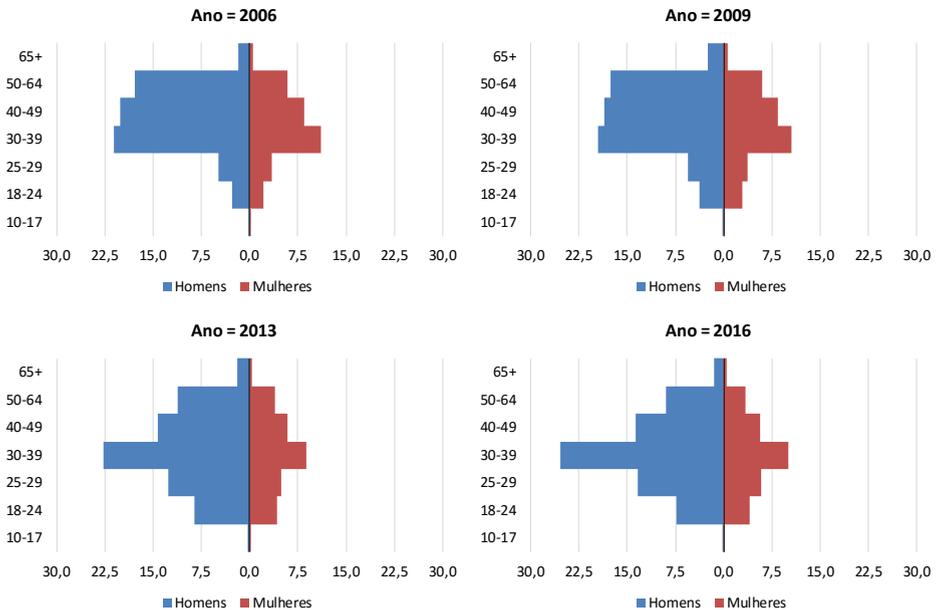
Notas: Categorias criadas a partir dos grandes grupos de ocupação da CBO 2002. Haiti e Peru têm registros apenas a partir de 2012.

Estão hachurados os percentuais dos dois grupos com maior representatividade.

Considerando a idade do trabalhador, os dados mostram que, também nessa perspectiva, tivemos uma mudança expressiva em termos de composição demográfica dos trabalhadores imigrantes – conforme é possível observar no Gráfico 2. Na primeira década do século XXI, havia uma proporção muito alta (mais de 50%) de trabalhadores com mais de 40 anos de idade, o que representa um indício em relação ao tipo de inserção ocupacional. Na transição entre as décadas de 2000 e 2010, há uma maior participação

de jovens, principalmente entre 25 e 29 anos, bem como um aumento do grupo de 30 a 39 anos – o que também é reflexo dos novos fluxos observados (como o de haitianos). Já em 2016, um em cada dois imigrantes latino-americanos que trabalham no Brasil tem entre 25 e 39 anos.

Gráfico 2 – Evolução da estrutura etária dos trabalhadores latino-americanos empregados formalmente no mercado laboral brasileiro, Brasil (2006-2016)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Entre os anos analisados, além de aumentar o percentual de jovens absorvidos no mercado de trabalho formal brasileiro, a participação dos trabalhadores com menor nível educacional também aumentou, como mostra a Tabela 5. Por um lado, em 2006, mais de metade dos imigrantes que trabalham tinha graduação ou pós-graduação completa; por outro lado, dez anos depois, há muito mais pessoas (40%) com ensino médio completo ou superior em curso. A proporção de imigrantes internacionais que concluiu o ensino básico também aumentou (para cerca de 20%). Esses resultados corroboram os apresentados anteriormente, sinalizando a ocorrência de mudanças importantes na composição do fluxo migratório internacional para o Brasil por nacionalidade – o que tem reflexos na inserção (como já observado na Tabela 4). No passado recente, estas pessoas tinham uma escolaridade mais elevada e trabalhavam em setores de maior qualificação; hoje em dia,

a inserção ocorre em espaços menos valorizados e que não necessitam de altos níveis de qualificação acadêmica.

Tabla 5 – Distribuição percentual dos latino-americanos empregados formalmente no mercado laboral brasileiro, segundo seu nível educacional, Brasil (2006-2016)

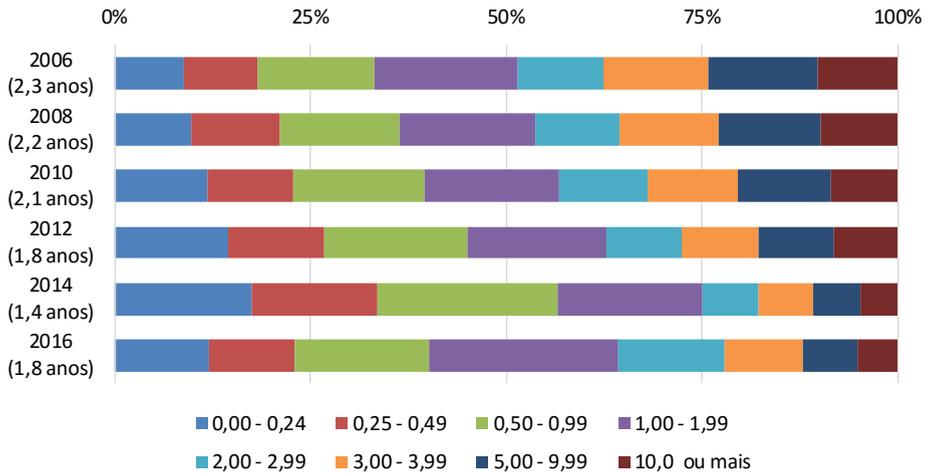
	2006	2008	2010	2012	2014	2016
Analfabeto / Fundamental I incompleto	0,9	0,9	1,1	1,9	5,0	5,2
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	4,3	4,2	4,4	5,8	11,0	9,3
Fundamental II completo / Médio incompleto	11,4	11,1	11,7	14,7	20,0	19,3
Médio completo / Superior incompleto	29,9	32,0	35,5	34,8	37,7	40,4
Superior completo / Mestrado ou Doutorado	53,6	51,8	47,2	42,7	26,2	25,8

Fonte:Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O aumento do número total de latino-americanos formalmente empregados, mesmo que o fluxo migratório seja mais antigo, ocorreu no período mais recente. Os dados apresentados no Gráfico 3 mostram o tempo médio que os latino-americanos passam trabalhando em um mesmo lugar. Ignorando o grupo “10 anos ou mais” para calcular uma aproximação do tempo médio de permanência, nota-se que os trabalhadores geralmente ficam por volta de 2 anos em um mesmo emprego. Esse valor passou por reduções sistemáticas de 2006 a 2014, quando o tempo de permanência médio ficou inferior a 18 meses; de 2014 a 2016, ocorreu pequeno aumento, o qual precisará ser avaliado nos próximos anos.

Complementando essa análise, observa-se que a proporção de imigrantes trabalhando há menos de 1 ano aumentou de 2006 para 2014, quando mais da metade dos trabalhadores formais estavam em seus empregos há menos de 12 meses. Embora essa tendência também passou por um processo de inversão recente (entre 2014 e 2016), é importante ressaltar a alta rotatividade laboral vivenciada por boa parte dos trabalhadores imigrantes, semelhante à vivida pelos brasileiros (que têm uma estadia média em seus empregos entre 2,5 e 3,0 anos). Entretanto, há diferenças importantes entre as diversas nacionalidades, o que também precisa ser abordado.

Gráfico 3 – Distribuição relativa dos latino-americanos empregados formalmente no mercado laboral brasileiro, por tempo de permanência no emprego, Brasil (2006-2016)



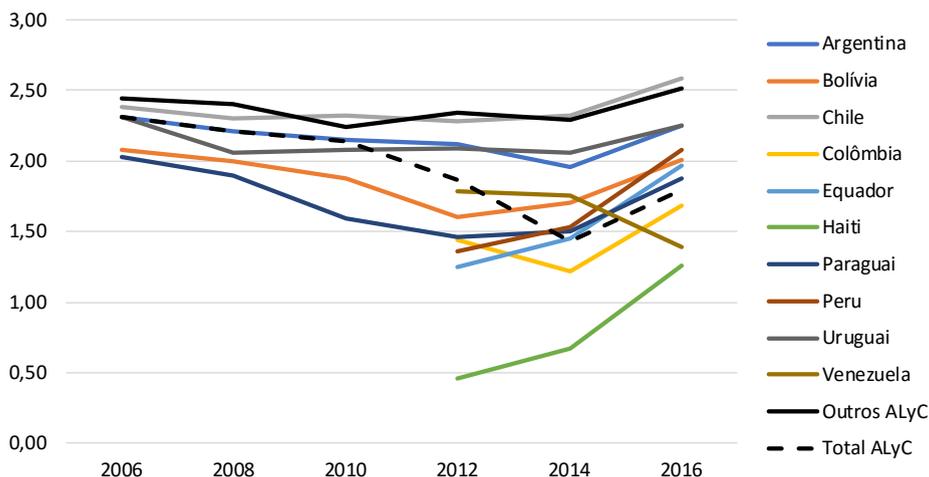
Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: Tempo médio calculado sem a categoria “10 anos ou mais”, por ser de intervalo aberto.

Separando por nacionalidade, como aparece no Gráfico 4, nota-se que há diferenças importantes em termos de rotatividade laboral. Chilenos, uruguaios e argentinos – em ordem decrescente – têm estado pelo menos 2 anos no mesmo trabalho, enquanto as demais nacionalidades têm maiores dificuldades para se estabilizarem no emprego. A grande exceção é para os haitianos, que iniciaram a década de 2010 com baixíssimos níveis de estabilidade e para os quais tem havido uma melhora das condições gerais (com tempos médios de permanência superiores a um ano já em 2016). Estes resultados refletem diretamente as relações entre o tipo de ocupação e a nacionalidade do empregado.

No caso de chilenos, argentinos e uruguaios, há uma inserção em ocupações mais duradouras (profissionais das ciências/artes, técnicos de nível médio, membros do poder público e comerciantes). Por sua vez, bolivianos, haitianos e paraguaios se inserem em ocupações mais precárias e instáveis – como a produção industrial –, as quais também sofrem mais rápida e intensamente com instabilidades econômicas. Este ponto guarda alguma relação com os níveis de escolaridade: ao mesmo tempo que tem havido um aumento da inserção (embora de forma mais precária e com baixa estabilidade) dos latino-americanos no mercado formal, ocorreu uma redução dos níveis educacionais dos empregados.

Gráfico 4 – Tempo médio de permanência no emprego dos imigrantes latino-americanos formalmente inseridos no mercado laboral brasileiro, segundo a nacionalidade, Brasil (2006-2016)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: Tempo médio calculado sem a categoria “10 anos ou mais”, por ser de intervalo aberto.

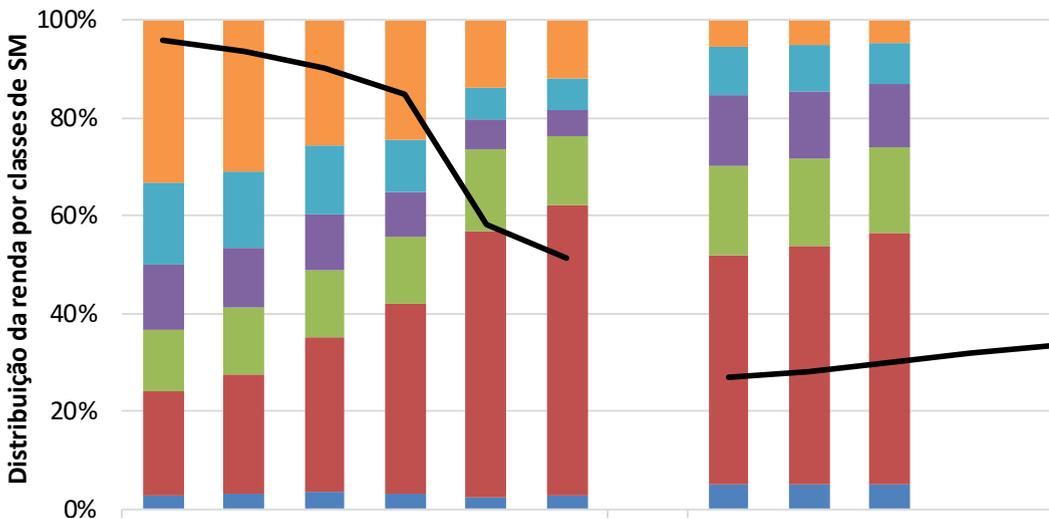
Finalmente, é possível relacionar a menor permanência no emprego à maior concentração em ocupações de baixa remuneração, a partir dos dados do Gráfico 5. Se, em 2006, metade dos trabalhadores latino-americanos recebia menos de 5 salários-mínimos (abaixo de R\$ 1.750 naquele ano), em 2016 cerca de 60% recebia até 2 salários-mínimos (equivalente a menos de R\$ 1.760)³. Neste sentido, houve redução nos salários recebidos pelos imigrantes latino-americanos; todavia, a renda média real é maior do que aquela registrada para os brasileiros.

Este dado nos indica que, de um lado, tem ocorrido uma redução da renda de apenas uma parcela dos imigrantes (os que ganham menos) enquanto, de outro lado, há um grupo que recebe, continuamente, salários muito elevados. Parte deste segundo grupo está potencialmente ligado aos chamados “trabalhadores do conhecimento” (Domeniconi e Baeninger, 2016), conjunto de trabalhadores que se inserem no mercado de trabalho formal brasileiro a partir de empresas transnacionais. Como resultado, aparece uma renda média mais elevada para os imigrantes do que para os brasileiros, ainda que a situação dos primeiros tenda a se aproximar dos nacionais, muito por conta dos novos fluxos

3 Em 2006, o salário mínimo nominal era de R\$ 350,00 (cerca de US\$ 160) enquanto em 2016 esse valor chegou a R\$ 880,00 (aproximadamente US\$ 252).

migratórios (de menor escolaridade e inseridos em ocupações de baixa qualificação) dos anos 2010.

Gráfico 5 – Salário médio real e distribuição relativa por classes de salário-mínimo (SM), de brasileiros e latino-americanos empregados formalmente no mercado laboral, Brasil (2006-2016)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Nota: Salário médio a preços constantes de 2016; distribuição salarial a preços correntes de cada ano.

A partir dos dados aqui apresentados – considerando diversas dimensões da inserção de latino-americanos no mercado laboral formal –, observou-se uma mudança estrutural nas relações de trabalho no período analisado, dentro de um movimento mais genérico de ampliação da representação dos latino-americanos no grupo de trabalhadores estrangeiros. De 2006 a 2016, o perfil desses trabalhadores ganhou novos contornos, como o aumento (ainda que tímido) da participação feminina e a chegada de novas nacionalidades, de mais ocupações operacionais e com menor demanda por escolarização e qualificação. Também não podemos esquecer que, conjugadas a essa realidade, existem pessoas altamente qualificadas que entram no mercado de trabalho em empregos que exigem menores níveis de qualificação.

Implicações para a formulação de políticas públicas

A recente expansão do fluxo de imigrantes internacionais para o Brasil, especialmente após a crise de 2008-2009, é um fenômeno importante para o mercado laboral formal,

ainda que, em termos quantitativos, este seja de pequena expressão (representando somente 0,5% do total de empregados). Entretanto, considerando o contexto econômico nacional (de variabilidade entre a recessão e a expansão do desemprego), o trabalhador estrangeiro pode encontrar maior dificuldade de se inserir, inclusive sofrendo diversos tipos de discriminação e aceitando condições de trabalho mais precárias do que aquelas geralmente oferecidas aos brasileiros.

Nosso interesse de pesquisa se volta para as políticas públicas direcionadas à inserção e proteção do imigrante no mercado de trabalho. Não é nosso objetivo analisar a política de imigração, mesmo que seja um forte determinante para facilitar a entrada e a documentação de estrangeiros. O debate em torno da nova lei de imigração (que começou a vigorar em novembro de 2017), mesmo que possa superar a situação atual do status dos estrangeiros com base em uma visão mais humanista de garantia de direitos, dependerá de sua efetiva implementação e acompanhamento das partes interessadas, como sugerido por Oliveira (2015). Além disso, parte dos estrangeiros chega ao país já empregado, como funcionários de transnacionais que atuam em subsidiárias brasileiras.

Nosso foco, analisando os dados da RAIS, é o migrante internacional latino-americano que chega ao Brasil para tentar reconstruir sua vida (seja por um deslocamento definitivo, seja por uma migração temporária para acumular recursos e recomeçar sua vida no país de origem), mesmo que as informações sobre outros tipos migratórios apareçam nos resultados. A Figura 1 mostra como os imigrantes se espalham pelo território brasileiro. Em particular, alguns municípios tornaram-se verdadeiros polos de recepção migratória. São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Porto Alegre, Florianópolis, Cascavel, Foz do Iguaçu e Manaus, no ano de 2016, tinham pelo menos 1.000 imigrantes latino-americanos registrados como formalmente empregados.

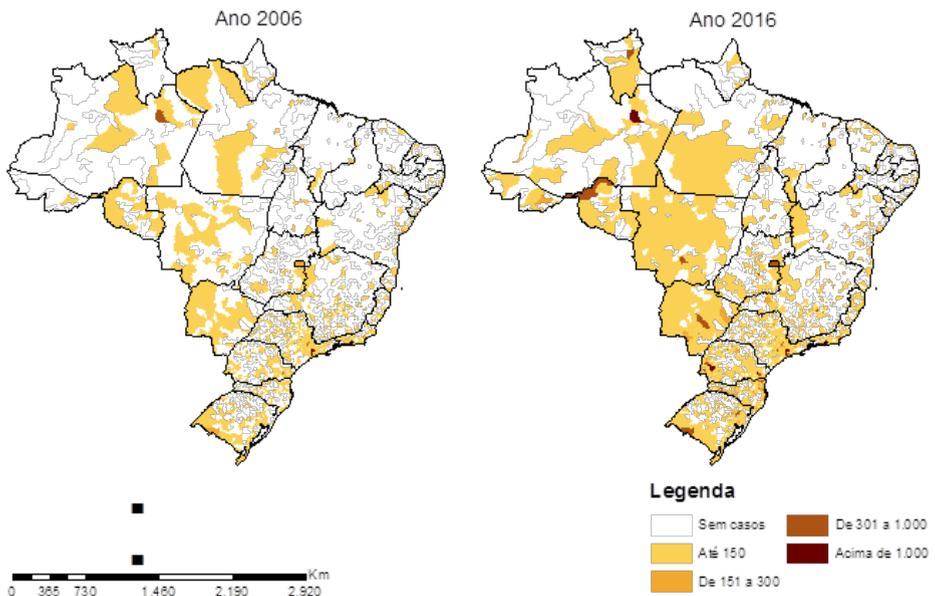
Em outras 12 cidades (5 no estado de Santa Catarina), constam pelo menos 500 registros de migrantes latino-americanos formalmente empregados. Especialmente por conta do grande número de imigrantes que desejam ingressar no mercado de trabalho, eles estão sujeitos a condições de trabalho mais precárias, especialmente no caso dos indocumentados, cuja inserção ocorrerá majoritariamente em atividades informais ou ilegais. Devemos enfatizar que os dados sobre a informalidade são mais difíceis de obter com precisão, ainda mais neste último caso.

Outro fator importante diz respeito à distribuição destes imigrantes empregados no território segundo a nacionalidade. Com exceção dos venezuelanos no período mais recente, o principal município empregador de latino-americanos é São Paulo, independente da nacionalidade e do ano analisado. Por sua vez, para argentinos, bolivianos, chilenos, colombianos, paraguaios e venezuelanos, outro município relevante é o Rio de Janeiro. Exceto as duas cidades mencionadas, os latino-americanos têm destinos bastante específicos, a variar conforme a nacionalidade:

- Argentinos: Florianópolis, Curitiba e Porto Alegre;
- Bolivianos: Porto Velho, Guarulhos e Osasco;
- Chilenos: Curitiba, São Bernardo do Campo e Campinas;
- Colombianos: Curitiba, Brasília e Florianópolis;

- Haitianos: Curitiba, Cascavel e Chapecó;
- Paraguaiois: Foz do Iguaçu, Medianeira e Ponta Porã;
- Peruanos: Manaus, Curitiba e Brasília;
- Uruguaios: Chuí, Porto Alegre e Santana do Livramento;
- Venezolanos: Boa Vista, Manaus e Toledo.

Figura 1 – Distribuição dos imigrantes latino-americanos formalmente empregados no mercado laboral brasileiro, por município, Brasil (2006-2016)



Fonte: Relação Anual de Informações Sociais – Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Dentro do mercado de trabalho formal, a ação do Estado brasileiro é indiferente à naturalidade do trabalhador. Uma vez contratado, o imigrante terá os mesmos direitos que os trabalhadores nacionais. Mais importantes ainda são as políticas públicas que auxiliam na inserção do imigrante no mercado de trabalho. Neste sentido, destacam-se as ações que poderiam ser desenvolvidas pelo Serviço Público de Emprego (SPE), seja fornecendo informações e ajudando no processo de documentação do imigrante, seja apoiando o recrutamento por parte das empresas que exigem mão-de-obra. Recentemente ganhou destaque, nos meios de comunicação, a chegada de haitianos no Brasil a partir da

fronteira entre Acre e Bolívia/Peru, para posterior deslocamento para o Sudeste e o Sul do Brasil, onde buscam emprego. Sua inserção ocupacional ocorre principalmente no setor de produção industrial (Dutra *et al.*, 2015).

Essa inserção, muitas vezes, é realizada por intermediadores privados, ou até mesmo por parte dos empregadores, o que nem sempre garante aos trabalhadores as melhores condições de inserção (favorecendo contratos precários). Neste sentido, o SPE deveria atuar como coordenador das ações de apoio ao trabalhador imigrante, facilitando sua documentação e seu deslocamento pelo país, bem como sua entrada no mercado de trabalho formal. Esta intervenção poderia inibir (ou pelo menos minimizar) ações oportunistas que buscam tirar proveito da ausência de informações e/ou da frágil situação dos trabalhadores estrangeiros, evitando a exploração e a precariedade.

Um aspecto relevante está relacionado à criação de instrumentos que possibilitem a sobrevivência dos imigrantes até a obtenção de um emprego. Normalmente, ações de ONGs e/ou associações religiosas fornecem apoio, mas seria importante implementar ações públicas para permitir sua recepção, sobretudo para os que chegam em condições precárias. No caso específico dos trabalhadores latino-americanos, especialmente os oriundos do Mercosul, seria importante caminhar rumo à construção de instituições que realizem o trânsito e a integração destes imigrantes entre os países-membro. Isso significa, por um lado, incentivar ações para fornecer informações e garantir a mobilidade deste trabalhador e, por outro lado, proteger esses imigrantes em casos de desemprego ou aposentadoria.

Obviamente, estas questões não são fáceis de abordar, nem de formular propostas, uma vez que existem diferenças, em termos de padrões de trabalho e segurança social, entre os países. Além disso, há hiatos muito grandes, no próprio Mercosul, em termos de estruturas econômicas e sociais vigentes. Mesmo considerando estas dificuldades, é possível pensar na construção de um aparato de regras e ações conjuntas que facilitem a mobilidade entre fronteiras. Para atingir este objetivo, é essencial ampliar o conhecimento sobre as realidades e especificidades de cada país.

Conclusões

esta artigo analisou as características dos imigrantes latino-americanos empregados no mercado de trabalho formal brasileiro entre 2006 e 2016, a partir dos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Os resultados obtidos mostraram que o perfil dos imigrantes latino-americanos mudou significativamente nos últimos 10 anos. Se, em meados da década de 2000, a chegada de latino-americanos mais antigos e mais qualificados era mais comum, os quais se inseriam em setores mais técnicos e criativos, o cenário mudou para uma migração mais jovem, menos qualificada e que atua nos setores operacional e repetitivo.

Considerando as principais limitações dos dados, podemos apontar que a principal restrição da RAIS está relacionada à ausência de dados sobre trabalhadores empregados informalmente. Nesse sentido, nossas análises voltaram-se apenas para aqueles cadastrados no banco de dados do Ministério do Trabalho e Emprego. Além disto, a

análise promovida por esta pesquisa não tem capacidade de fazer inferências sobre os trabalhadores autônomos e aqueles empregados em empresas de até 10 funcionários – neste último caso, não há obrigatoriedade de fornecimento de dados para a RAIS.

Com base nos resultados desta pesquisa, os próximos passos a serem seguidos são dois. Por um lado, é importante avançar na análise das diferenças no perfil laboral de imigrantes por origem. Por outro lado, faz-se necessário avaliar, em termos comparativos e em detalhes maiores do que os aqui trazidos, as diferenças acerca dos perfis de mão-de-obra e das composições demográfica e socioeconômica dos imigrantes latino-americanos por local de residência e trabalho no Brasil. Com esses dois dados, será possível ter uma melhor compreensão acerca da inserção dos imigrantes latino-americanos, direcionando o desenho das políticas públicas para sua integração e maior atendimento às suas necessidades.

Referências

- ACEVEDO, G. (2005): “Las migraciones internacionales e la seguridad multidimensional en tiempos de la globalización”. **Diálogo Andino**, 48, pp. 139-149.
- ARANGO, J. (2003): “LA EXPLICACIÓN TEÓRICA DE LAS MIGRACIONES: LUZ E SOMBRA”. **MIGRACIÓN E DESARROLLO**, 1, PP. 1-30.
- ASSIS, G. e E. SASAKI (2001): “Novas migrações de e para o Brasil: um balanço da produção bibliográfica”. **Anais do 25º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS.
- AVILA, C. (2007): “O Brasil diante da dinâmica migratória intra-regional vigente na América Latina e Caribe: Tendências, perspectivas e oportunidades em uma nova era”. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 50 (2), pp. 118-128.
- BAENINGER, R. (2008): “O Brasil no contexto das migrações internacionais da América Latina”, em BRITO, F. e R. BAENINGER (coordenadores), **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: CGEE, pp. 248-265.
- BAENINGER, R. (2012): “O Brasil na rota das migrações latino-americanas”, em BAENINGER, R. (organizadora), **Imigração boliviana no Brasil**. Campinas: NEPO/UNICAMP, pp. 9-18.
- BAENINGER, R., L. M. M. BÓGUS, J. B. MOREIRA *et al.* (2017a): **Migrações Sul-Sul**. Campinas: NEPO/UNICAMP-UNFPA.
- BAENINGER, R., D. M. FERNANDES, R. G. PERES *et al.* (2017b): **Atlas Temático do Observatório das Migrações em São Paulo – Migrações Internacionais**. Campinas: NEPO/UNICAMP-UNFPA.

- BALTAR, P. (2003): “Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990”, em PRONI, M. e W. HENRIQUE (organizadores), **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: EdUNESP.
- BALTAR, P. e C. DEDECCA (1992): **O mercado de trabalho nos anos 80: balanço e perspectivas**, Campinas, UNICAMP/IE/CESIT.
- BALTAR, P. e W. HENRIQUE (1994): “Emprego e renda na crise contemporânea no Brasil”, em OLIVEIRA, C. A. B. *et al.* (organizadores), **O mundo do trabalho: crise e mudança no final do século**. São Paulo: Scritta.
- BALTAR, P. e M. PRONI (1996): “Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil”, em OLIVEIRA, C. A. B. e J. MATTOSO (organizadores), **Crise e trabalho no Brasil: modernidade ou volta ao passado?**, São Paulo: Scritta.
- BASSANEZI, M. S. C. B. (1995): “Imigrações Internacionais no Brasil: um panorama histórico”, em PATARRA, N. L. (coordenadora), **Emigração e imigração no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, pp. 1-38.
- BÓGUS, L. M. M. e M. L. A. FABIANO (2015): “O Brasil como destino das migrações internacionais recentes: novas relações, possibilidades e desafios”. **Ponto e Vírgula**. 18, pp. 126-145.
- CACCIAMALI, M. C. (1989): **Informalização recente do mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo: IPE-USP.
- CACCIAMALI, M. C. (1995): “Mercado de trabalho na década de 1990: menos empregos, mais políticas públicas”, em VELLOSO, J. P. R. (organizador), **O Real e o futuro da economia**. Rio de Janeiro: José Olympio, pp. 213-231.
- CACHÓN, L. (2011): “Conflictos e inmigración en Europa: presentación de una problemática para reforzar la convivencia”, em CACHÓN, L. (organizador), **Imigración e conflictos en Europa. Aprender para una mejor convivencia**. Barcelona: Hacer, pp. 3-21.
- CARNEIRO, R. M. (2006): **A Supremacia dos Mercados**. São Paulo: UNESP.
- CAVALCANTI, L. (2015): “Novos fluxos migratórios para o mercado de trabalho brasileiro: desafios para políticas públicas”. **Revista da ANPEGE**, 11 (16), pp. 21-35.
- CAVALCANTI, L., A. T. OLIVEIRA e T. TONHATI (2015): “Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro”. **Cadernos OBMigra**, 1 (2).
- DEDECCA, C. (2003): “Anos 90: a estabilidade com desigualdade”, em PRONI, M. e W. HENRIQUE (organizadores), **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: EdUNESP.
- DE HAAS, H. (2010): “The internal dynamics of migration processes: a theoretical inquiry”. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 36 (10), pp. 1587-1617.

- DOMENICONI, J. O. S. e R. BAENINGER (2016): “A imigração internacional recente de ‘trabalhadores do conhecimento’ do MERCOSUL para o Brasil”. **Revista Latinoamericana de Población**, 10 (19), pp. 57-82.
- DUTRA, D. *et al.* (2015): “Os estrangeiros no mercado de trabalho formal brasileiro: Perfil geral na série 2011, 2012 e 2013”. **Cadernos OBMigra**, 1 (2).
- FAZITO, D. (2008): “Situação das migrações internacionais do Brasil contemporâneo”, em BRITO, F. e R. BAENINGER (coordenadores), **Populações e políticas sociais no Brasil: os desafios da transição demográfica e das migrações internacionais**. Brasília: CGEE, pp. 150-172.
- FERNANDES, D. (2015): “O Brasil e a migração internacional no século XXI – Notas introdutórias”, em PRADO, E. e R. COELHO (organizadores), **Migrações e trabalho**. Brasília: Ministério Público do Trabalho, pp. 19-40.
- FREITAS, P. e R. BAENINGER (2010): “Cidade e imigração – origens e territórios da imigração boliviana e coreana para a cidade de São Paulo”, em BAENINGER, R. (organizadora), **População e cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais**. Campinas: UNICAMP-UNFPA, pp. 277-298.
- HARVEY, D. (1996): **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 6ª edição. São Paulo: Loyola.
- LEVY, M. S. (1974): “O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)”. **Revista de Saúde Pública**. 8 (suplemento), pp. 49-90.
- LEWIS, W. A. (1954): “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour”. **The Manchester School of Economic and Social Studies**, 22 (2), pp. 139-191.
- MARTES, A. C. (1999): “Migração Internacional e mercado de trabalho: um estudo sobre imigrantes brasileiros em Boston”, **Anais do 23º Encontro Nacional da ANPOCS**. Caxambu: ANPOCS.
- MASSEY, D. (1990): Social structure, household strategies, and the cumulative causation of migration. **Population Index**. 56 (1), pp. 3-26.
- MASSEY, D. *et al.* (1993): “Theories of International Migration: A Review and Appraisal”. **Population and Development Review**. 19 (3), pp. 431-466.
- OLIVEIRA, A. T. (2015): “Migrações internacionais e políticas migratórias no Brasil”. **Cadernos OBMigra**, 1 (3), pp. 252-279.
- OLIVEIRA, A. T. e L. CAVALCANTI (2015): **Potencialidades e limitações no uso dos registros administrativos: a experiência do OBMigra**. Brasília: OBMigra, Disponível em: <http://bit.ly/1WIBwJk>. Consultado em 06/04/2016.
- PACHECO, C. e N. PATARRA (1997): “Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões?”, **Anais do 1º Encontro Nacional sobre Migrações**. Belo Horizonte: ABEP.

- PATARRA, N. (2005): “Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volumes, fluxos, significados e políticas”. **São Paulo em Perspectiva**, 19 (3), pp. 23-33.
- PATARRA, N. e R. BAENINGER (1995): “Migração Internacional recente: o caso do Brasil”, em N. PATARRA (coordenadora), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP.
- PATARRA, N. e R. BAENINGER (2004): “Migrações Internacionais, Globalização e Blocos de Integração Econômica – Brasil no Mercosul”. **Anais do 1º Congresso da Associação Latinoamericana de População**. Rio de Janeiro: ALAP.
- PATARRA, N. e D. FERNANDES (2011): “Brasil: país de imigração?”. **Revista Internacional de Língua Portuguesa**, 24, pp. 65-98.
- PETSCHEN, S. (2007): “Religión, conflictos bélicos e migraciones”. **'Ilu – Revista de Ciencias de las Religiones**, Anejo XXI, pp. 201-210.
- POCHMANN, M. (1999): **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto.
- POCHMANN, M. (2001): **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto.
- ROCHA, S. (2000): “Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real”. **Texto para Discussão nº 721**. Rio de Janeiro: IBGE.
- SABÓIA, J. (1986): “Transformações no mercado de trabalho no Brasil durante a crise: 1980-1983”. **Revista de Economia Política**, 6 (3), pp. 82-106.
- SABÓIA, J. (1991): “Emprego nos oitenta: uma década perdida”. **Texto para Discussão nº 258**. Rio de Janeiro: UFRJ/IEL.
- SASAKI, E. (1996): “A migração internacional contemporânea e a internacionalização da produção”. **Cadernos de Sociologia**, 1 (1), pp. 165-188.
- TODARO, M. P. (1969): “A model of labor migration and urban unemployment in less developed countries”. **American Economic Review**, 59 (1), pp. 138-148.
- VAINER, C. B. (1995): “Estado e Migração no Brasil: da imigração à emigração”, em N. PATARRA (coordenadora), **Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo**. Campinas: FNUAP, pp. 39-52.



UNIVERSIDAD
DEL ZULIA



espacio
abierto

Cuaderno Venezolano de Sociología

Vol 27, N°3 _____

Esta revista fue editada en formato digital en septiembre de 2018 por su editorial; publicada por el Fondo Editorial Serbiluz, Universidad del Zulia. Maracaibo-Venezuela

www.luz.edu.ve
www.serbi.luz.edu.ve
produccioncientifica.luz.edu.ve